



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO
Balancos Patrimoniais
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante:		
Caixa	12.227	11.901	Fornecedores Nacionais	386.623	500.143
Bancos	301.044	399.492	Fornecedores Internacionais	219.087	123.739
Aplicações Financeiras	2.505.574	2.603.579	Obrigações com Pessoal	92.664	132.573
Total do ativo circulante	<u>2.818.845</u>	<u>3.014.971</u>	Obrigações Trabalhistas	86.274	48.091
			Impostos a Recolher	48.292	7.399
Não Circulante:			Contribuições a Recolher	867	1.267
Parcelamento	20.798	106.826	Outras Obrigações	0	85
Mensalidades	9.000	27.388	Recursos Públicos	711.639	1.350.102
Créditos em Atraso	49.965	46.703	Recursos de Terceiros	154.247	168.944
Clientes a Receber	38.875	102.748	Total do passivo circulante	<u>1.699.692</u>	<u>2.332.342</u>
Impostos a Recuperar	22.913	0			
Adiantamento a Terceiros	1.500	1.500	Patrimônio social:		
Adiantamento a Funcionários	3.800	4.653	Patrimônio Próprio	309.065	309.065
Valores em Transitio	0	155	Superávit acumulado	964.095	560.514
Bens Móveis	620.459	620.459	Déficit Acumulado	-351.389	-351.389
Imóveis	366.244	366.244	Reavaliação de Anos Anteriores	323.610	323.610
Depreciação Acumulada	-735.499	-713.924	Resultado do Exercício	271.827	403.581
Total do ativo não circulante	<u>398.054</u>	<u>562.751</u>		<u>1.517.207</u>	<u>1.245.380</u>
TOTAL ATIVO	<u>3.216.899</u>	<u>3.577.723</u>	TOTAL PASSIVO	<u>3.216.899</u>	<u>3.577.723</u>

ROGERIO NUNES
SANTOS:028154507
39

Assinado de forma digital por
ROGERIO NUNES
SANTOS:02815450739
Dados: 2021.03.08 17:09:57 -03'00'

FRANCISCO JOSE
MARI:01435088816

Assinado de forma digital por FRANCISCO JOSE MARI:01435088816
DN: cn=B, ou=C, ou=Brasil, ou=00000101000002, ou=Secretaria de Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=PPR-e-CPA1, ou=C, ou=CBASA RFB v3,
ou=180228000152, ou=PERSONAL, cn=FRANCISCO JOSE
MARI:01435088816
Dados: 2021.03.08 18:11:56 -02'00'



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

Demonstrações dos Resultados

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

	2020	2019
Recursos COB	3.474.283	2.349.227
Recursos para Manutenção	500.857	872.000
Recursos Preparação Técnica	988.463	171.910
Recursos para Fomento	1.785.117	1.305.317
Recurso Extraordinário	199.846	-
Recursos CPB	1.156.500	1.347.288
Recursos para Manutenção	514.498	617.603
Recursos para Esporte	642.002	729.685
Recursos Próprios	1.970.100	3.205.511
Atletas	229.957	285.230
Animais	1.144.587	1.713.915
Taxas Realização de Concursos	381.414	885.198
Mensalidades das Federações	214.141	321.168
Recursos de Terceiros	63.559	776.874
Patrocínios	-	484.900
Receitas de Representação	515	111.308
Receitas Multa STJDHB	2.530	-
Receitas Diversas	60.515	180.666
Superávit Bruto	6.664.441	7.678.900
Despesas Esportivas	1.959.746	1.219.127
Estrutura Esportiva	595.331	680.838
Premiação Eventos	123.321	114.797
Inscrições Eventos	111.770	18.732
Outras Despesas Eventos	1.129.324	404.760
Despesas Operacionais Esportivas	1.861.425	2.306.908
Atletas	475.742	15.340
Animais	82.531	115.554
Eventos	997.356	1.999.377
Entidades	305.796	176.637
Despesas com Pessoal	1.378.682	1.885.739
Despesas com Empregados	1.166.170	1.639.679
Despesas Sociais	212.513	246.060
Despesas Operacionais	1.078.565	1.671.065
Despesas Gerais	678.083	669.001
Despesas com Terceiros	254.332	329.299
Despesas com Viagens	100.848	447.654
Resultado Financeiro Líquido	21.097	35.884
Despesas Tributárias	24.206	189.227
Despesas não Operacionais	114.196	192.480
Despesas Exercício Anterior	114.196	192.480
Total das Despesas	6.392.614	7.275.319
Superávit do exercício	271.827	403.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

Demonstrações dos Resultados Abrangente
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	2020	2019
Superávit do exercício	271.827	403.581
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do superávit abrangente do exercício	271.827	403.581

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROGERIO NUNES Assinado de forma digital
por ROGERIO NUNES
SANTOS:028154 SANTOS:02815450739
50739 Dados: 2021.03.08
17:14:15 -03'00'

FRANCISCO JOSE Assinado de forma digital por FRANCISCO
MARI:014350888 JOSE MARI:01435088816
16 DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=000001010098822, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-
CPF A1, ou=AC SERASA RFB v5,
ou=14602269000152, ou=PRESENCIAL,
cn=FRANCISCO JOSE MARI:01435088816
Dados: 2021.03.08 18:13:00 -03'00'



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	Patrimônio Social	Superávit	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	518.189	-	518.189
Reavaliação de Anos Anteriores	323.610	-	323.610
Superávit do exercício	-	403.581	403.581
Incorporação do superavit do exercício	403.581	(403.581)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.245.381	-	1.245.381
Superávit do exercício	-	271.827	271.827
Incorporação do superavit do exercício	271.827	(271.827)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.517.207	-	1.517.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROGERIO NUNES Assinado de forma digital
por ROGERIO NUNES
SANTOS:028154 SANTOS:02815450739
50739 Dados: 2021.03.08 17:12:05
+05'00'

Assinado de forma digital por FRANCISCO
JOSE MARI:01435088816
DN: cn=FR, o=CP-Brasil,
ou=00000181.000822, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-
CPF A1, ou=AC SERASA RFB v5,
ou=14862269000152, ou=PRESENCIAL,
ou=FRANCISCO JOSE MARI:01435088816
Dados: 2021.03.08 18:09:22 -03'00'

FRANCISCO JOSE
MARI:014350888
16



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de Caixa das atividades operacionais	293.402	245.439
Superávit do exercício	271.827	403.581
Depreciações e amortizações	21.575	(158.142)
Variações nos ativos e passivos operacionais	(391.523)	(412.039)
Títulos e valores mobiliário:	98.005	(1.150.104)
Contas a receber	165.027	(72.057)
Outros ativos circulantes	(21.905)	9.794
Recursos de projetos em execução	(653.159)	720.544
Fornecedores	(18.172)	136.102
Salários e encargos sociais	(1.726)	(36.372)
Obrigações tributárias	40.408	(19.946)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(98.121)	(166.600)
Fluxo de Caixa das atividades investimentos	-	-
Aquisição de imobilizado	-	156.864
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	323.610
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimento	-	480.474
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(98.121)	313.874
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	411.393	97.519
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	313.271	411.393
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(98.121)	313.874

ROGERIO NUNES
SANTOS:0281545
0739

Assinado de forma digital por
ROGERIO NUNES
SANTOS:02815450739
Dados: 2021.03.08 17:11:29
-03'00'

FRANCISCO
JOSE
MARI:014350888
16

Assinado de forma digital por FRANCISCO
JOSE MARI:01435088816
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=000001010098822, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-
CPF A1, ou=AC.SERASA RFB v.5,
ou=1460226900152, ou=PRESENCIAL,
cn=FRANCISCO JOSE MARI:01435088816
Dados: 2021.03.08 18:10:39 -03'00'



1. Contexto Operacional

A Confederação Brasileira de Hipismo ("CBH" ou "entidade"), é entidade integrante do Sistema Desportivo Nacional, sem fins lucrativos, constituída com prazo indeterminado de duração e com caráter desportivo. Sua finalidade é desenvolver e difundir o esporte equestre no Brasil em conjunto com as federações regionais, bem como regulamentar, supervisionar, administrar, dirigir, assim como representar o hipismo brasileiro nas competições nacionais e internacionais, acompanhar o desempenho e atuação das seguintes federações filiadas diretamente à CBH:

1. Federação Amazonense de Hipismo	FAHI
2. Federação Catarinense de Hipismo	FCH
3. Federação de Esportes Equestres do Maranhão	FEEM
4. Federação Equestre de Alagoas	FEA
5. Federação Equestre de Pernambuco	FEP
6. Federação Equestre do Ceará	FEC
7. Federação Equestre do Pará	FEEP
8. Federação Equestre do Rio de Janeiro	FEERJ
9. Federação Equestre Paraibana	FEPA
10. Federação Gaúcha de Esportes Equestres	FGEE
11. Federação Hípica da Bahia	FHB
12. Federação Hípica de Brasília	FHBr
13. Federação Hípica de Goiás	FEHGO
14. Federação Hípica de Minas Gerais	FHMG
15. Federação Hípica de Sergipe	FHS
16. Federação Hípica do Espírito Santo	FHES
17. Federação Hípica do Mato Grosso	FHIMT
18. Federação Paranaense de Hipismo	FPrH
19. Federação Paulista de Hipismo	FPH
20. Federação Sul Matogrossense de Hipismo	FSMH
21. Federação Norteriograndense de Hipismo	FHRGH

Temos ainda como entidades vinculadas à CBH:

1. Comissão do Desporto do Exército	CDE
2. Associação Brasileira de Criadores do Cavalo de Hipismo	ABCCH

Conforme Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada no dia 29 de janeiro de 2021, foi eleito como Presidente o Sr. Francisco José Maria e Vice-Presidente o Sr. João Loyo de Meira Lins, para o quadriênio de 2021-2024.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada no dia 30 de novembro de 2020, foi eleito os membros do Conselho de Administração representantes das federações estaduais e independente, sendo eles: Federação Paulista de Hipismo - Sr.



Gabriel Nicolau Khoury, Federação Hípica de Goiás - Sr. Gustavo de Melo Cuba, Federação Hípica da Bahia - Sr. Josenilton Oliveira Santos Neves e pela Federação Catarinense de Hipismo - Sr. Claudio Gastão da Rosa Filho e como membro independente - Sr. Antonio Manoel Lopes Sanches.

1.1. Atividades da CBH

A Confederação Brasileira de Hipismo - CBH tem por objetivo a promoção do esporte equestre no Brasil por meio de implementação de projetos e eventos esportivos, com representação em todo o território nacional através das Federações Regionais que lhes são filiadas. Fora do país, a CBH participa de competições representando o Brasil nas 9 modalidades desenvolvidas no país.

A CBH é filiada ao Comitê Olímpico do Brasil - COB, ao Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB e às entidades internacionais Federação Equestre Internacional - FEI e Confederação Equestre Pan Americana - PAEC.

O desporto brasileiro, no âmbito das práticas formais, é regulado por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, que deverão ser aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto, conforme estabelecido no § 1º, do artigo 1º, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto.

A CBH conta com o apoio técnico-financeiro do Comitê Olímpico do Brasil - COB e do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, desde o ano de 2017 não temos novos projetos realizados junto ao Ministério da Cidadania por meio da Secretaria Especial do Esporte por estarmos bloqueados pelo fato de que os projetos realizados no período de 2010 a 2016, por ordem da Controladoria Geral da União - CGU, foram reabertos para nova análise da Prestação de Contas devido aos achados que constam nos processos oriundos da fiscalização do Tribunal de Contas da União, motivo este de preocupação pois podemos ainda ter passíveis financeiros a liquidar.

Para obtenção de apoio técnico-financeiro das entidades acima referidas, todos os projetos desenvolvidos pela CBH são submetidos formalmente ao COB e CPB para a aprovação e execução. Após o término de execução dos projetos, a CBH submete as prestações de contas de cada um dos projetos para aprovação.

Nos casos em que os recursos advindos de projetos incentivados foram utilizados de forma parcial, ou mesmo, no caso de não utilização dos recursos depositados, na ocasião das prestações de contas, os recursos recebidos são devolvidos às entidades, atualizados monetariamente.

Os apoios técnico-financeiros ocorrem por meio da Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001 (Lei Agnelo Piva). Esta lei estabelece que 2% da arrecadação bruta de todas



as loterias federais do País sejam repassados ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB).

O COB possui regulamentos a partir dos quais as verbas oriundas da Lei Agnelo Piva são repassadas às Confederações Brasileiras Olímpicas conforme rigorosos critérios técnicos. Os recursos só poderão ser utilizados para os seguintes propósitos:

- (i) Programas de projetos de fomento;
- (ii) Desenvolvimento e manutenção do desporto;
- (iii) Formação de recursos humanos;
- (iv) Preparação técnica;
- (v) Remuneração de Dirigentes Estatutários;
- (vi) Manutenção de atletas;
- (vii) Participação em eventos esportivos.

A CBH possui todas as certificações e certidões necessárias para a manutenção dos repasses originários da Lei Agnelo Piva bem como de convênios, valores estes de suma importância para a manutenção do hipismo brasileiro. Vale ressaltar que a definição das verbas advindas da Lei Agnelo Piva terá com peso importante as práticas de Gestão da CBH, que hoje são analisadas mensalmente através de reporte ao COB e CPB.

1.2. Aspectos Técnicos da CBH

A CBH encarrega-se da aprovação e acompanhamento técnico dos Concursos e Campeonatos que consta do seu calendário oficial. A gestão na aprovação do calendário sugere que, pelo menos, cada região brasileira receba uma competição oficial, a aprovação do calendário fica a cargo do Conselho de Administração. Além disso, é sua tarefa acompanhar e supervisionar os atletas brasileiros que participam de provas qualificativas ou seletivas para a participação das equipes brasileiras nos campeonatos Sul-Americanos, Pan-Americanos, Americanos, Copa das Nações, Mundial, Olimpíadas e Paralimpíadas, em todas as suas modalidades e categorias. A CBH é responsável por todo o trabalho técnico e logístico relacionado à participação das equipes brasileiras nos campeonatos citados.

No ano de 2020 apesar do extenso calendário esportivo aprovado, o Hipismo, o Brasil, o Mundo fomos acometidos pela pandemia da COVID-19, incertezas vieram, mas o esporte se reinventou, na CBH realocamos recursos, investimos em tecnologia, foram realizados, cursos e clínicas online, atletas no Brasil sendo instruídos por Atletas brasileiros olímpicos que residem fora do país. A flexibilidade com a entidade se organizou para este obstáculo e também para a retomada ao esporte fortaleceu seu planejamento e os processos, a manutenção da evolução na gestão desenvolvendo novos procedimentos internos, viabilizou o trabalho em home office de seus colaboradores, a interação entre as áreas e os colaboradores, com o apoio do Comitê Olímpico do Brasil - COB e do Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB com a utilização de ferramentas para avaliação da Confederações Esportivas objetivando a melhoria do grau de maturidade de temas como



governança, processos, ética, transparência, compliance e planejamento estratégico proporcionou a CBH atingir o alto do podium, recebendo a nota 10 no GET - Sistema de Governança Ética e Transparência do COB.

No processo de evolução ainda será necessário que a CBH faça novas adequações em seus normativos, agora não para organizar, mas sim para evoluir, crescer para colocar o Hipismo Brasileiro entre os maiores e melhores esporte para se praticar.

O ano de 2020 encerrou com fato inédito, tivemos um processo eleitoral para Presidente e Vice-Presidente frustrado, a evolução na gestão e o cumprimento de toda a legislação vigente obrigou que todos se adequassem as normas aplicáveis, a necessidade de conhecer como uma Organização Esportiva deva ser gerida, por pessoas que passem pelo background check mínimo, hoje é uma realidade. Em contrapartida a CBH implantou o Conselho de Administração, superando o desafio do ano de 2019, foram eleitos 5 membros, sendo um deles membro independente, que com a participação do Presidente da CBH e o Presidente da Comissão de Atletas, estando a formação do CA hoje com 7 membros, o desafio agora é a formação do Conselho de Ética, fortalecendo a transparência e ética na instituição, respeitando o Código de Conduta Ética da CBH que deve ser conhecido e seguido por todos os stakeholders, seja os colaboradores, fornecedores e público em geral.

Todos está se reinventando, no novo normal com a pandemia do COVID-19, e não foi e não será diferente na CBH um processo contínuo de reconstrução deve ser conduzido, onde valores como a ética, transparência, disciplina, respeito e responsabilidade farão com que a entidade cumpra com sua missão de "*Liderar e promover o desenvolvimento do Esporte Equestre no Brasil em seus diversos níveis, proporcionando o acesso ao esporte, garantindo justiça, segurança e diversão*", atingindo seu Propósito de "*Trazer a alegria dos esportes equestres para o maior número de pessoas possível, inspirando as pessoas a superar os obstáculos no esporte e na vida*".

O processo de saneamento da CBH e as prestações de contas junto à Secretaria Especial dos Esportes do Ministério da Cidadania ainda requer atenção e preocupação para sanarmos os passivos da instituição. O acompanhamento de processo junto ao Tribunal de Contas da União no cumprimento do termo de acordo firmado em 2018, fortaleceu todas as ações implementadas. Mas ainda temos o desafio de garantir recursos financeiros para arcar com as sanções e glosas recebidas de projetos dos anos de 2010 a 2016, já temos o valor de R\$ 103.416,76, relativo à glosa na prestação de contas relativo ao projeto Campeonato Mundial de Hipismo - Kentucky junto à Secretaria Especial do Esporte conforme Ofício Nº 579/2019, ainda não emitido o respectivo documento para pagamento, devidamente provisionado em nossas demonstrações contábeis já assegurado por nosso ativo disponível, outros valores ainda poderão serem objetos de cobrança.



A Confederação não efetua o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social, por entender estar isenta dessas obrigações, com base no artigo 150, da Constituição Federal, da Lei nº 9.532/97 e no Ato Declaratório Normativo CTS nº 17/90, para isto suas mantem as suas receitas oriundas do exercício de sua atividade fim.

1.3.Aspectos fiscais

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Em 10 de dezembro de 1997 foi sancionada a Lei no 9.532, cujos principais aspectos de interesse da CBH estão apresentados a seguir:

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais tiverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinem, sem fins lucrativos.

A referida isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), não estando abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

As instituições isentas estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- ✓ Aplicar, integralmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- ✓ Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- ✓ Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- ✓ Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- ✓ Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes;
- ✓ Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

(ii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS



A CBH, em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03;

(iii) Renúncia Fiscal

A Administração da Entidade avaliou a mensuração e divulgação de valores da renúncia fiscal que a isenção de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido propiciam a CBH, concluindo este tema como impraticável.

Embora o conceito de superávit ou déficit dos exercícios possa se aproximar ao conceito de resultado do exercício (lucro ou prejuízo), tais definições não são idênticas, sendo que a aplicação das alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado dos exercícios não seria uma maneira adequada de endereçar o assunto.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

A presente demonstração contábil será submetida para aprovação pelo Conselho Fiscal após a apresentação à Diretoria da CBH.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Confederação, inclusive as notas explicativas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 2015/ITG2002(R1), de 2 de setembro de 2015, e em observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com a NBC TG 1000 (CPC PME) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. A moeda funcional da Entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis.

3. Principais Práticas Contábeis



As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Direitos e obrigações

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis até 12 meses subsequentes à data do balanço são considerados como ativo e passivo circulantes. Os demais direitos e obrigações são classificados como não circulantes.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações com liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

3.3. Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias: títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado, caixa restrito e recebíveis. A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido.

A principal aplicação está apresentada por cotas de Fundo de Investimento não exclusivo, classificados na ANBIMA como fundos de curto prazo e baixo risco. A Confederação não tem gerência ou influência na composição da carteira ou na aquisição e venda dos papéis componentes da referida carteira, que poderiam conter papéis com certa volatilidade na taxa de juros, conseqüentemente, não atende a todos os requisitos do CPC 03 (R1) - Demonstração dos Fluxos de Caixa para classificação como equivalente de caixa. Em função do processo de aprovação da utilização dos recursos ser de responsabilidade do Ministério da Cidadania, COB e CPB estes título e valores mobiliários está sendo classificado como caixa restrito.

3.4. Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber estão representadas, principalmente, pelas mensalidades e parcelamentos a receber das Federações Regionais, registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando relevante, além de taxas e serviços prestados pela CBH.

Conforme política de contas a receber, os valores vencidos a mais de 180 dias, sem que ocorra negociações, são transferidos para conta específica.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva, além de quaisquer garantias que possam ter sido fornecidas pela contraparte, de que a Confederação não será capaz de cobrar todos os montantes devidos de acordo com as condições iniciais dos créditos a receber.

3.5. Imobilizado



O imobilizado está representado pelos bens operacionais da Confederação, registrado pelo seu custo histórico de aquisição deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens tendo o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

3.6. Intangível

Representado por software em uso, demonstrado pelo valor do custo, deduzido de amortização calculada pelo método linear, considerando-se as taxas aplicáveis.

3.7. Redução do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Nenhum indicativo de perda foi identificado pela Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

3.8. Provisões para contingências

A Administração avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos e constitui provisão, sempre que julgado necessário, para fazer face às prováveis perdas decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus assessores jurídicos com relação à expectativa de êxito de cada processo, assim a Confederação, por não possuir nenhuma causa jurídica com prognóstico de perda provável, não efetuou nenhum registro. Foram realizadas provisões de processos administrativos cujos valores já foram identificados e que estão em fase de comprovação para efetuar os respectivos pagamentos.

3.9. Apuração do resultado

As receitas e as despesas de qualquer natureza são registradas com base no regime de competência, o qual leva em consideração o fato gerador do evento e/ou da transação.

Receitas oriundas de recursos de convênios firmados com entidades Governamentais no âmbito Federal são registrados em contas correntes individuais e específicas em contrapartida a conta de recebimento de recursos públicos (no passivo circulante) e são apropriadas ao resultado (receita) à medida que são incorridas as despesas relacionadas aos respectivos convênios. Ao final do projeto caso haja saldo não utilizado, o mesmo é devolvido ao órgão concedente, baixando-se contabilmente a obrigação registrada.

Eventuais glosas possíveis de serem identificadas após a prestação de contas pela Confederação, mas ainda em processo de análise pelos órgãos e entidades responsáveis pelo processo de verificação e aprovação dos respectivos gastos, só serão



reconhecidas quando da conclusão das análises das prestações de contas em aberto, valores estes que estão sendo considerados como despesas no ato da devolução dos recursos.

3.10. Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS

Em atendimento à legislação vigente para as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, a Confederação contribui para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal, o qual é registrado como despesas gerais e administrativas, obedecendo ao regime de competência.

3.11. Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos quando a Confederação for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis ou a emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

3.12. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a entidade use julgamento na determinação e registro das estimativas contábeis. A CBH revisa as estimativas e premissas anualmente.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2020	2019
Caixa e bancos disponíveis	308.202	97.013
Total	308.202	97.013

O saldo de bancos está representado basicamente por saldos em contas bancárias referentes aos recursos próprios, originados para as atividades próprias da Entidade, mantidos em contas correntes exclusivas para este fim junto ao Banco do Brasil, cuja intenção de resgate não excede 90 dias.

5. Títulos e Valores Mobiliários



	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fundo de investimento de renda fixa	1.355.469	1.518.405
Títulos de capitalização – Ourocap	43.313	49.452
Certificado de depósito bancário	-	-
Total	<u>1.398.782</u>	<u>1.567.857</u>

As aplicações financeiras referem-se à Fundos de Investimento de Renda Fixa, classificados na ANBIMA como fundos de baixo risco e Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Títulos de Capitalização contratados junto a entidades financeiras de primeira linha e possuem liquidez imediata, sendo remuneradas essencialmente com base no Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Títulos e Valores Mobiliários Restritos

Os recursos apresentados nessa rubrica são recursos com destinação específica para projetos vinculados a Convênios juntos ao Comitê Olímpico do Brasil (COB), Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e Secretaria Especial do Esporte (SEE) cuja a utilização é restrita e destinada apenas para custeio dos respectivos projetos vinculados. Destacamos que os valores originados da MC-SEE se referem a convênios relativos ao período de 2009 a 2015, que se encontram em fase de análise da prestação de contas por parte da SEE, por determinação da CGU em virtude de fiscalização realizada na CBH no ano de 2015.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banco conta movimento	5.069	314.380
Fundo de investimento de renda fixa ^(a)	1.106.792	1.035.722
Total	<u>1.111.861</u>	<u>1.350.102</u>

^(a) Em 2019, consta o valor recebido de R\$ 400.008 por antecipação na execução de projeto do orçamento 2020.

7. Contas a Receber

Os recebíveis são representados pelas mensalidades correntes, parcelamentos de recebíveis relacionados a confissões de dívidas negociadas com as Federações regionais, recebíveis em atrasos e de taxas e serviços prestados pela CBH.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo circulante		
Mensalidades	9.000	27.388
Parcelamentos	20.798	106.826
Clientes em Atraso ^(a)	49.965	46.703
Clientes a receber	38.875	102.748
Impostos a Recuperar	22.913	-



	2020	2019
Ativo circulante		
Total	141.551	283.665
Ativo não circulante		
Títulos a Receber - Parcelamento	0	0
Total	0	0

- (a) Esta rubrica identifica valores em atraso com mais de 180 dias que não foram negociados o parcelamento ou sua liquidação.

A composição dos valores das contas a receber, excluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa que não houve movimentação, por data de vencimento, está demonstrada a seguir:

	2020	2019
A Vencer	45.920	102.668
Vencidos até 30 dias	2.716	81.370
Vencidos de 31 a 60 dias	257	5.948
Vencidos de 61 a 90 dias	0	5.434
Vencidos de 91 a 180 dias	0	16.072
Vencidos acima de 180 dias	65.741	72.173
Total	114.633	283.665

A grande variação foi o pagamento por parte das Federações regionais de suas dívidas que estavam renegociadas, para que fossem habilitadas para participar do processo eleitoral, com exceção do valor vencido a 30 dias de R\$ 2.716 refere-se à Taxa de Realização de Concurso em aberto da Federação Paulista de Hipismo. A diferença de R\$ 4.005 (em Francos Suíços 848,15) em relação aos valores a receber refere-se à crédito junto a Federação Equestre Internacional relativo aos eventos cancelados em 2020 que será compensado em taxas para o ano 2021.

8. Imobilizado

A Confederação revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. A CBH entendeu que as vidas úteis utilizadas nos exercícios de 2020 e de 2019 representam adequadamente as vidas úteis econômicas de seus bens e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas, não identificando assim indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seu imobilizado.

	2019	Adições	Baixas	Transferência	2020
Custo					
Edificações/terrenos	366.244	-	-	-	366.244
Móveis e utensílios	149.547	-	-	-	149.547
Computadores e periféricos	379.166	-	-	-	379.166



Custo	2019	Adições	Baixas	Transferência	2020
	Instalações comerciais	29.200	-	-	-
Máquinas e equipamentos	48.231	-	-	-	48.231
Outros	14.315	-	-	-	14.315
Total	986.703	-	-	-	986.703

	Taxas anuais depreciação (%)	2019	Adições	Baixas	Transferência	2020
		Depreciação				
Edificações	2%	(183.688)	(4.545)	-	-	(188.233)
Móveis e utensílios	10%	(138.611)	(578)	-	-	(139.189)
Computadores e periféricos	20%	(321.917)	(15.379)	-	-	(337.296)
Instalações comerciais	20%	(29.200)	-	-	-	(29.200)
Máquinas e equipamentos	10%	(26.193)	(1.073)	-	-	(27.266)
Outros	-	(14.315)	-	-	-	(14.315)
Total		(713.924)	(21.575)	-	-	(735.499)
Saldo líquido		272.778	(21.575)	-	-	251.204

9. Intangível (Software)

	2019	Adições	Transferência	2020
Custo:				
Software	187.827	-	-	187.827
Total:	187.827	-	-	187.827

	Taxas anuais amortização (%)	2019	Adições	Transferência	2020
Amortização					
Software	20%	(187.827)	-	-	(187.827)
Total		(187.827)	-	-	(187.827)
Saldo líquido		0	-	-	0

10. Fornecedores

	2020	2019
Serviços prestados por pessoa física e jurídica	68.795	11.765
Eventos	453.480	567.058
Fornecedores	83.434	45.059
Total	605.709	623.882



	2020	2019
Fornecedores Nacionais	386.623	500.143
Fornecedores Internacionais	219.087	123.739
Total	605.709	623.882

11. Salários e Encargos Sociais

	2020	2019
Obrigações com Pessoal	92.664	132.573
Obrigações Trabalhistas	86.274	48.091
Impostos a Recolher	48.292	7.399
Contribuições a Recolher	867	1.267
Pensão alimentícia	0	85
Total	228.096	189.415

12. Recursos de Terceiros

Os recursos classificados como “recursos de terceiros”, são relativos a valores pagos individualmente por atleta, ou seja, pessoas físicas, para custear suas despesas em eventos (campeonato), mas que tem como intermediária a Confederação Brasileira de Hipismo, que a partir de 2019 passa a ser contabilizado como passivo.

Entendemos que não se trata de uma Receita da Confederação, por não configurar um patrocínio, doação, bilheteria, ou outro tipo de receita prevista pela ITG 2003 (Norma Brasileira de contabilidade para Entidade Desportiva Profissional), e sim recursos de terceiros (ITG 2002 - Norma Brasileira de contabilidade para Entidade Sem Fins Lucrativos), e nesse caso se configura um Passivo por se tratar da intermediação de pagamento de despesas previamente orçadas, rateadas e suportadas pelos atletas que aceitarem ou tiverem condições de participar do evento (campeonato), tendo como contrapartida uma conta bancária segregada no Ativo, apenas para esse fim.

	2020	2019
Campeonato Sul Americano - Juventude	154.247	168.944
Total	154.247	168.944

13. Recursos de Projetos em Execução

Os recursos recebidos referem-se basicamente aos recursos restritos do COB e CPB para serem realizado nos projetos em período de execução ou em fase de prestação de contas. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo remanescente e não utilizado se encontra aplicado em conta restrita e mantido para utilização ou devolução ao respectivo órgão repassador.



	Em Reais
Saldo em 31 de dezembro de 2018	798.501
Recursos recebidos	4.698.294
Recursos por antecipação -saldo ^(a)	400.008
Rendimento auferidos	10.388
Recursos devolvidos	(659.691)
Recursos utilizados	(3.897.398)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.350.102
Recursos recebidos	5.383.973
Recursos por antecipação – saldo	0
Rendimento auferidos	12.238
Recursos devolvidos	(753.190)
Passivo Provisionado Fornecedor	(400.222)
Recursos utilizados	(3.130.939)
Saldo em 31 de dezembro de 2020^(b)	1.111.861

- (a) Valor referente a recursos oriundos do Termo de Convênio com o CPB do ano 2020 cujo período de execução compreendia o mês de janeiro e para o cumprimento do normativo vigente e períodos forenses foi necessário a contratação de serviços antecipadamente.
- (b) Valor do saldo total em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 1.111.861, é composto pelo passivo provisionado na conta de fornecedores no valor de R\$ 400.222 e o total disponível nas contas restritas de R\$ 711.639.

14. Provisões para Processos Judiciais

Em 2018, CBH foi excluída dos autos conforme Acórdão Nº 1848/2018 –TCU- Plenária de 2 (dois) processos que ainda transitam no Tribunal de Contas da União onde ainda figuram como réus o Gestor à época, colaboradores e fornecedores, são eles:

- (i) Auditoria piloto pelo Tribunal de Contas da União – “TCU” para verificar a regularidade da aplicação de recursos provenientes da Lei 10.264/2001 (Lei Agnelo Piva);
- (ii) Tomada de Contas Especial pelo Tribunal de Contas da União – “TCU” instaurada por determinação do item 9.1 do acórdão 931/2016-TCU-Plenário referente as razões de justificativa das ocorrências verificadas no relatório de auditoria precitado (i), relacionado a irregularidades na aplicação de recursos provenientes da Lei 10.264/2001 (Lei Agnelo Piva) pela Entidade;

A CBH consubstanciada na opinião legal de seus assessores legais externos declara que os processos acompanhados pelos escritórios em que a CBH em parte, são de natureza judicial ou administrativa, tendo em 31/12/2020 as situações abaixo descritas:

- (i) Para os processos que não possui natureza judicial, mas, sim, administrativa – em trâmite no Tribunal de Contas da União, temos a seguinte posição.



Processo nº 017.107/2015-6

Fase recursal. Aguardando julgamento dos pedidos de reexame formulado pela Confederação Brasileira de Hipismo e por outros responsáveis.

Processo nº 020.951/2020-5

Processo sobrestado até o julgamento dos recursos interpostos no processo nº 017.107/2015-6.

- (ii) Nos processos de natureza judicial, temos ações na esfera trabalhista e cível, este último referente ao Processo Eleitoral já findado.

Processo RT 0100388-36.2020.5.01.0072

Processo de Natureza Trabalhista, encontra-se na fase de encerramento de instrução probatória, tramitando na 72ª vara trabalhista do Rio de Janeiro, como autor a Sra Marcelle Azevedo Rodrigues de Souza, distribuído em 14/05/2020, com valor possível máximo de R\$ 200.000 (duzentos mil reais).

Processo 0242492-20.2020.8.19.0001

Processo de Natureza Cível, 43ª Vara Cível da Comarca da Capital – RJ, distribuído em 11/11/2020, tendo como autores Sra. Bárbara Elisabeth Laffranchi e Sr. Fernando Augusto Sperb, e réus o Presidente da CBH, Sr. Ronaldo Bittencourt Filho, o Secretário Geral Sra Carla Rosana de Paula e Confederação Brasileira de Hipismo, cujo pedido era a suspensão da realização da Assembleia Eleitoral da CBH, marcada para 30 de novembro de 2020, encontra-se em fase instrutória, já tendo sido apresentada defesa processual nos autos, aguardando despacho sobre as petições juntadas pelas partes, sendo o último pedido nos autos o requerimento da perda do objeto pela conclusão do Processo Eleitoral.

Processo 0082135-69.2020.8.19.0000

Processo de Natureza Cível, 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, distribuído em 24/11/2020, tendo como autores a Sra. Bárbara Elisabeth Laffranchi e o Sr. Fernando Augusto Sperb, e réus o Presidente da CBH, Sr. Ronaldo Bittencourt Filho, o Secretário Geral Sra Carla Rosana de Paula e Confederação Brasileira de Hipismo, cujo objeto era Recurso interposto pelos Autores, para ampliar os efeitos da tutela de urgência requerida, encontra-se aguardando publicação de deferimento da nova tutela de urgência, sendo o último pedido nos autos o requerimento da perda do objeto pela conclusão do Processo Eleitoral.

Processo 0083139-44.2020.8.19.0000

Processo de Natureza Cível, 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, distribuído em 26/11/2020, tendo como autores o Presidente da CBH, Sr. Ronaldo Bittencourt Filho, o Secretário Geral Sra Carla Rosana de Paula e Confederação Brasileira de Hipismo e réus a Sra. Bárbara Elisabeth Laffranchi e o Sr. Fernando Augusto Sperb, cujo objeto é recurso



interpostos pela CBH, para revogar a tutela de urgência concedida pelo magistrado de primeira instância, encontra-se aguardando publicação de indeferimento da tutela requerida, sendo o último pedido nos autos o requerimento da perda do objeto pela conclusão do Processo Eleitoral

15. Patrimônio Social

Os resultados (superávits ou déficit) apurados anualmente são incorporados (absorvidos) à conta de patrimônio social, quando de sua aprovação, pela Assembleia Geral, das prestações de contas do Conselho de Administração, e em linha com a resolução CFC Nº 1409/12. No exercício de 2020 foi apropriado respectivamente ao patrimônio social da Entidade um déficit de R\$ 113.347, em 2019 o superávit foi de R\$ 403.581.

16. Receita Operacional Líquida

As receitas do Comitê Olímpico e Paralímpico Brasileiro, são aprovadas com base em regras de distribuição de recursos entre as Confederações Olímpicas e Paralímpicas. Os recursos são registrados em contas correntes individuais e específicas por ano.

A CBH ainda não obteve aprovação definitiva de todas as prestações de contas referentes aos convênios e repasses de recursos que financiaram os projetos da Entidade em anos anteriores, ainda em análise pelo Ministério do Esporte e Comitê Olímpico Brasileiro – COB. Eventuais glosas possíveis de serem identificadas após a análise da prestação de contas pelos órgãos e entidades responsáveis pelo processo de verificação e aprovação dos respectivos gastos, só serão reconhecidas quando da conclusão destas análises.

A receita de recursos próprios advém de taxas de concursos, mensalidades, registros, emissão de selos e passaportes de equinos, dentre outras. Ainda em Recursos Próprios são contabilizados os valores recebidos de atletas para repasse à Federação Equestre Internacional.

	2020	2019
Recursos públicos (receita com restrição)		
Recursos do Comitê Olímpico do Brasil (i)	4.032.343	3.124.329
Recursos do Comitê Paralímpico Brasileiro	1.351.630	1.573.965
Devolução de Recursos	(558.060)	(432.558)
(-) Reversões	(195.130)	(569.220)
Total receita com restrição	4.630.783	3.696.515
Recursos próprios		
Recursos Ordinários	1.970.100	3.205.511
Recursos de Terceiros	63.559	776.874
Total receita sem restrição	2.033.659	3.982.385
Receita Operacional Líquida	6.664.422	7.678.700



17.Custo Operacional

Estas despesas estão segregadas entre a atividade fim e atividade meio da organização. Em eventos esportivos no ano de 2019 temos o impacto das despesas para participação no Pan-Americano do Peru, em 2020 apesar da pandemia da COVID-19 a CBH teve condições da aplicação de recursos no desenvolvimento do esporte, demonstrando sua capacidade de manutenção do investimento em sua atividade fim. Em 2019 as despesas concentravam-se em operacionais esportivas, no ano de 2020, devido a melhoria dos processos as despesas foram identificadas conforme sua finalidade em eventos esportivos e operacionais esportivas.

	2020	2019
Eventos Esportivos	(1.959.746)	(1.219.126)
Despesas Operacionais Esportivas	(1.861.425)	(2.306.908)
Total	(3.821.171)	(3.526.034)
Despesas com Empregados	(1.166.170)	(1.639.679)
Despesas Sociais	(212.513)	(246.062)
Total	(1.378.683)	(1.885.741)
Despesa Com Pessoal Liquida	(5.199.854)	(5.411.775)

18.Despesas Gerais e Administrativas

Como meta da gestão fica demonstrado a considerável redução do investimento em despesas administrativas reduzindo assim custos com a atividade meio da organização, valores estes a serem aplicados na atividade desportiva, objetivo fim da organização. Destacamos que em 2020 apesar da pandemia da COVID-19 a CBH trabalhou parte do ano na modalidade Home Office, que apesar de novidade para os colaboradores, foi possível exercer suas atividades a contento, devendo ser evoluído esta modalidade na entidade, como possível planejamento na redução de custos.

	2020	2019
Despesas Gerais	(678.083)	(669.001)
Despesas com Terceiros	(254.332)	(329.299)
Despesas com Viagens	(100.848)	(447.654)
Despesas não operacionais	(114.196)	(192.480)
Total	(1.147.459)	(1.638.434)

19.Resultado Financeiro Líquido

Expressa os rendimentos oriundos da aplicação de recursos classificados como restrito e próprios deduzidos do imposto de renda pagos em operações de câmbio e aplicações financeiras.



	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras (*)	31.121	52.874
Total de receitas financeiras	31.122	52.874
Despesas financeiras		
Despesas Financeiras	(52.218)	(88.758)
Total de despesas financeiras	(52.218)	(88.758)
Total do resultado financeiro	(21.097)	(35.884)

20.Resultado por Natureza

A Confederação apresentou a demonstração do superávit do exercício utilizando uma classificação das despesas baseada em finalidade. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do déficit do exercício são apresentadas a seguir:

Classificação	2020	2019
Custos com eventos esportivos	(3.821.170)	(3.973.688)
Despesas com Pessoal	(1.378.682)	(1.885.741)
Despesas Administrativas	(1.033.262)	(998.299)
Despesas Financeiras e Tributárias	(45.303)	(225.111)
Despesas não operacionais	(114.196)	(192.480)
Total	(6.392.614)	(7.275.319)

21.Cobertura de Seguros

A Confederação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade, assim como para terceiros quando em viagens para prestação de serviços.

22.Transações e Saldos com Partes Relacionadas

Os saldos de contas a receber, em 31 de dezembro de 2020, apresentou uma redução nos saldos de parcelamentos, referentes a créditos em atraso devido à quitação da grande maioria em virtude da manutenção da regularizada para participação da Assembleia eletiva realizada, também é composto por saldos de mensalidades, taxas de concursos e outros serviços, que devido à pandemia teve uma redução em seus valores divulgada através do Caderno de Encargos da CBH.

No ano de 2020, conforme destacado anteriormente as entidades fizeram o esforço para quitação de todos os débitos a fim de participar da assembleia eletiva.



Receitas de Mensalidades	2020			2019		
	Ativo	Passivo	Receita	Ativo	Passivo	Receita
Federações Filiadas						
Alagoas	394,5	-	5.918	1.416	-	5.664
Amazonas	-	-	5.918	7.331	-	9.468
Bahia	-	-	13.043	1.739	-	20.868
Brasília	1.027	-	15.405	2.054	-	24.648
Ceará	710,5	-	10.658	1.421	-	17.052
Espírito Santo	236	-	3.540	3.304	-	5.664
Goiás	394,5	-	5.918	1.108	-	13.296
Maranhão	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso	236	-	3.540	472	-	5.664
Mato Grosso do Sul	-	-	10.658	1.108	-	13.296
Minas Gerais	1.027	-	15.405	2.054	-	24.648
Pará	-	-	5.601	-	-	5.664
Paraíba	236	-	3.540	472	-	5.664
Paraná	-	-	15.405	2.054	-	24.648
Pernambuco	1.027	-	15.405	2.054	-	24.648
Rio de Janeiro	1.027	-	15.405	4.108	-	24.648
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	-	-	15.405	2.054	-	24.648
Santa Catarina	1.027	-	15.405	-	-	24.648
São Paulo	1.027	-	15.405	-	-	24.648
Sergipe	394,5	-	5.601	472	-	5.664
Entidades Vinculadas						
Associação Brasileira de Criadores de Cavalos de Hipismo	236	-	4.327	472	-	5.664
Total Geral	9.000	-	201.498	33.693	-	310.812

Parcelamentos Curto Prazo	2020	2019
Federações		
Rio de Janeiro	-	42.365
Amazonas	-	9.190
Maranhão	-	20.776
Alagoas	5.798	14.493
Paraibana	15.000	20.000
Total	20.798	106.825

23. Remuneração do pessoal-chave



A Entidade no ano de 2020 não remunerou os integrantes da sua diretoria estatutária, nem seus conselheiros, sendo remunerados apenas os integrantes da gerência, que totaliza um montante a título de remuneração total de R\$ 265.114 (R\$ 371.997 em 2019). A Confederação não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo à Diretoria, Administração e a seus empregados.

No ano de 2020 não houve nenhum desligamento de colaboradores, sendo que devido à pandemia da COVID-19 em um período foi realizado o trabalho Home-Office, e a partir deste ano, não ocorreu mais as férias coletivas, fato este que viabilizou uma melhoria da prestação dos serviços ao final do ano.

24. Instrumentos Financeiros

(i) Riscos de instrumentos financeiros

O risco de crédito é o risco principal da Confederação (risco de a contraparte não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro). Os instrumentos financeiros, que expõem a Confederação ao risco de concentração de crédito, consistem em equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber. A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições de mercado e de risco. A CBH tem critérios contábeis para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e, a entidade apresenta aplicações financeiras em instituições financeiras consideradas como de primeira linha.

(ii) Categorização e valorização de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Confederação possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber, categorizados como mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis, e fornecedores. Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial findo naquela data aproximam-se de seus valores de mercado e estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações cambiais e dos juros atualizados até a data dos balanços.

(iii) Derivativos

A Confederação não realizou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco durante os exercícios de 2020 e de 2019.

25. Compromissos e Outras Obrigações

Os registros contábeis e as operações estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.



26.Trabalho Voluntário

Em atendimento à Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

27.Eventos Subsequentes

A Administração avalia a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras. Não ocorreram eventos compreendendo a data das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados nesta demonstração financeira.